

## **Filhos de imigrantes africanos no mercado de trabalho: acessos, perfis e trajectos** ***Children of African immigrants in the labour market: access, profiles and career paths***

Fernando Luís Machado\*

**Resumo** Neste artigo analisam-se as situações e percursos profissionais dos filhos de imigrantes africanos em Portugal, com base nos resultados de uma pesquisa que se apoiou num inquérito a 1 000 indivíduos dos 15 aos 29 anos, fixados na região de Lisboa e Vale do Tejo, e em vinte e duas entrevistas em profundidade a casos-tipo. Os resultados mostram que essas situações e percursos são diversificados e estão longe de reproduzir mecanicamente a condição mais comum entre os seus pais e mães, respectivamente, o trabalho na construção civil e nos serviços pouco qualificados. Quanto à comparação com os jovens em geral, pode concluir-se que as situações e percursos profissionais dos filhos de imigrantes, para condições sociais iguais, não são significativamente diferentes.

**Palavras-chave** descendentes de imigrantes, transição para a vida adulta, mercado de trabalho, trajectórias profissionais.

**Abstract** In this paper the professional situations and career paths of children of African immigrants in Portugal are analysed, based on the results of research supported by a survey of 1,000 individuals aged 15-29, settled in the region of Lisbon and the Tagus Valley, and by twenty-two in-depth interviews as case studies. The results show that these situations and career paths are diversified and are far from mechanically reproducing the most common condition among their fathers and mothers – civil construction work and unqualified service work, respectively. In comparison to young people in general, it can be concluded that the situations and career paths of children of immigrants, in similar social conditions, are not significantly different.

**Keywords** immigrant descendents, transition to adult life, labour market, career paths.

\* Sociólogo, Departamento de Sociologia do ISCTE e CIES-ISCTE / Sociologist, Department of Sociology of the ISCTE and CIES-ISCTE.

## ■ Filhos de imigrantes africanos no mercado de trabalho: acessos, perfis e trajectos

Fernando Luís Machado

### Juventude, transição para a vida adulta e mercado de trabalho

Nas sociedades contemporâneas, o mercado de trabalho continua a ser um lugar-chave dos processos de integração social. Os projectos e as possibilidades sociais da generalidade da população jogam-se aí, tanto quanto na escola, e os efeitos combinados de uma e outro podem gerar dupla integração, dupla exclusão ou situações intermédias, em que o mercado de trabalho integra menos do que a escola, como no desemprego de licenciados, ou integra mais do que ela, como quando compensa défices de escolarização por via da formação profissional ou através de outros mecanismos de promoção no trabalho.

No que respeita especificamente a populações juvenis, o mercado de trabalho é uma das dimensões decisivas dos processos de transição para a vida adulta. Hoje essa transição é diferente do passado. Além de mais tardia, devido sobretudo ao prolongamento da escolaridade, é mais incerta e reversível. Nos primeiros anos, muda-se frequentemente de actividade, alterna-se emprego e desemprego, pode até acontecer que, após as primeiras experiências, se deixe o mercado de trabalho e se regresse à escola ou a casa dos pais, preparando nova entrada. Em suma, são trajectos menos lineares do que os vividos por gerações anteriores.

Ainda que com o efeito secundário negativo da menor atenção dedicada a outras dimensões da condição juvenil, a sociologia da juventude em Portugal tem investigado sistematicamente os processos de transição para a vida adulta e fornece hoje abundantes instrumentos analíticos e resultados empíricos (Pais, 1993, 2001, 2003; Cabral e Pais, 1998; Guerreiro e Abrantes, 2004, 2005; Guerreiro e Pegado, 2006).

Caso exemplar é uma tipologia de modalidades de transição que, entre outros méritos, demonstra como continua a ser indispensável falar de juventude no plural (Guerreiro e Abrantes, 2005). Juventudes, portanto, é a melhor maneira de colocar a questão, o que não quer dizer que não seja exagerada a afirmação de que a juventude, no singular, “é só uma palavra” (Bourdieu, 2003 [1980]), já que isso corresponderia a ignorar a especificidade substantiva e transversal dessa fase do ciclo de vida.

Na tipologia referida, em cuja construção a relação dos jovens com o mercado de trabalho é justamente uma dimensão fundamental, os autores identificam transições “lúdicas” e “experimentais”, de jovens de classes médias e altas e escola-

ridade elevada; transições “profissionais” e “progressivas” de jovens com origens sociais diversificadas e níveis variados de escolaridade; e transições “precoces”, “precárias” e “desestruturantes”, de jovens de classes desfavorecidas e escolaridade baixa ou intermédia.

Quando os jovens em causa são filhos de imigrantes, como se colocam as questões aqui levantadas? Os seus processos de transição para a vida adulta são diferentes dos que conhecem os jovens em geral? Viverão mais transições “precárias” ou “desestruturantes” do que “profissionais” e “progressivas” por serem filhos de imigrantes? O que acontece em particular no mercado de trabalho? Em suma, serão os filhos dos imigrantes jovens como os outros (Machado, 2007)?

Por outro lado, não podemos deixar de nos interrogar – e fazer esta pergunta implica reconhecer alguma especificidade a este sector da população juvenil portuguesa – se os filhos de imigrantes africanos têm situações profissionais diferentes das dos seus pais e mães ou se mantêm o perfil fortemente proletariado destes últimos, descrito por alguns com a expressão «homens constroem, mulheres limpam».

Sabendo-se que os filhos são bastante mais escolarizados do que os pais, e que têm outras aspirações e expectativas, mais próximas dos quadros culturais da juventude urbana contemporânea do que da «cultura imigrante» dos seus progenitores (Machado, 1994; Machado, Matias e Leal, 2005; Machado e Matias, 2006), a manutenção de um perfil profissional dominado pela construção civil, do lado masculino, e pelos serviços desqualificados, do lado feminino, acarretaria inconsistência de *status* e dissonância cognitiva e dificultaria seguramente a sua integração social.

Neste artigo analisam-se as situações e percursos profissionais dos filhos de imigrantes africanos em Portugal, com base nos resultados de uma pesquisa sociológica, realizada entre 2003 e 2005, que se apoiou num inquérito a 1000 indivíduos dos 15 aos 29 anos, fixados na região de Lisboa e Vale do Tejo, e em vinte e duas entrevistas em profundidade a casos-tipo.<sup>1</sup>

Os resultados mostram que essas situações e percursos são diversificados e estão longe de reproduzir mecanicamente a condição mais comum entre os seus pais e mães, respectivamente, o trabalho duradouro na construção civil e nos serviços pouco qualificados. O facto de esses jovens serem, regra geral, mais qualificados do que os progenitores, a diferenciação etária dos mercados de trabalho e o próprio efeito de fase do ciclo de vida, explicam as diferenças entre as duas gerações. Quanto à comparação com os jovens em geral, apesar de mais difícil de fazer por razões metodológicas que veremos adiante, pode concluir-se que as situações e percursos profissionais dos jovens filhos de imigrantes, para condições sociais iguais, não são significativamente diferentes.

## **Tempos e modos de entrada no mercado de trabalho**

Estando em análise um segmento etário, convencionalmente designado por juventude em linguagem sociológica, que começa nos 15 anos, verifica-se que só uma parte dos inquiridos entrou no mercado de trabalho. Com efeito, se observarmos a condição destes jovens perante o trabalho (Quadro 1) concluímos que são 39% os que exercem profissão, menos do que os estudantes (46%). Há ainda 9% que se declaram desempregados e 6% em outras condições perante o trabalho. Ou seja, na amostra aparecem em partes praticamente iguais os que são já economicamente activos e os que ainda estão no sistema de ensino.

Sem análise comparativa não se pode tirar muito mais destes números. Apreender o seu significado implica que comparemos estes jovens, filhos de imigrantes africanos, com os jovens em geral residentes em Portugal. O que dá essa comparação? Para o mesmo escalão etário, os dados do Inquérito ao Emprego de 2004, o ano do inquérito aos descendentes de imigrantes, dizem que, a nível nacional, os que trabalhavam eram 54%, os desempregados 6%, os estudantes 34% e 7% encontravam-se noutras condições perante o trabalho (Guerreiro e Pegado, 2006: 81). Basicamente, portanto, menos estudantes e mais activos com profissão entre os jovens em geral.

Significa isto que a condição social dos descendentes de imigrantes e respectivas famílias é mais vantajosa do que a dos seus pares autóctones, na medida em que não têm de começar a trabalhar tão cedo? Que os filhos de imigrantes estão menos disponíveis para trabalhar do que os outros jovens? Que o mercado de trabalho os rejeita e eles ficam estacionados no sistema de ensino, à espera de novas oportunidades?

A explicação das diferenças encontradas passa por um plano completamente diferente, pouco evidente à primeira vista, que é o da composição etária dos dois grupos de jovens, composição internamente muito dissemelhante.

Considerando os três escalões em que habitualmente se divide a juventude para fins analíticos, 15-19 anos, 20-24 anos e 25-29 anos, verifica-se que no caso dos filhos dos imigrantes eles formam uma pirâmide perfeita, o que não acontece com os jovens em geral, em que os três escalões têm uma dimensão aproximada, com ligeira vantagem para os mais velhos. Ou seja, estamos a comparar um conjunto em que há muitos indivíduos de 15, 16 ou 17 anos, mais improvavelmente inseridos no mercado de trabalho, com outro em que essas idades são proporcionalmente menos frequentes e, pelo contrário, são muitos mais, em termos relativos, os que estão em idade activa.

Dois processos sociodemográficos contrastantes estão aqui em pano de fundo: do lado dos jovens em geral, o envelhecimento na base da população portuque-

sa, que vai estreitando progressivamente o que antes era a base de uma extinta pirâmide de idades; do lado dos imigrantes africanos, um calendário migratório insuficientemente longo para que haja muitos descendentes acima dos 24 anos. Há, sim, muitos adolescentes e jovens entre os 15 e os 19 anos.

**Quadro 1 - Condição perante o trabalho, segundo o sexo, idade e origem de classe  
(percentagens em linha)**

	Exercem profissão *	Desempregados(as)	Estudantes	Outras condições	Total
<b>Total da amostra</b>	<b>39,3</b>	<b>8,7</b>	<b>46,4</b>	<b>5,6</b>	<b>100,0</b>
Homens	39,9	9,0	45,0	6,0	100,0
Mulheres	38,7	8,2	47,8	5,4	100,0
15-19 anos	11,1	6,4	76,4	6,1	100,0
20-24 anos	55,4	11,2	27,3	6,1	100,0
25-29 anos	78,0	8,7	10,7	2,7	100,0
Classes média e alta	22,8	5,3	68,4	3,5	100,0
Classes populares	48,1	9,4	41,7	5,8	100,0

\* Inclui trabalhadores-estudantes.

Fonte: Projecto JODIA, CIES-ISCTE, 2004, n=1000.

A comparação analiticamente mais válida será, portanto, a que meça a distribuição das condições perante o trabalho para escalões de idade iguais, neutralizando a distorção causada pela diferença de composição etária global dos dois conjuntos. Feita essa comparação, vê-se que os valores ficam todos muito perto uns dos outros. Aos 11%, 55% e 78% de activos com profissão entre os filhos de imigrantes dos 15-19, 20-24 e 25-29 anos, respectivamente, correspondem 17%, 53% e 80%, entre os jovens em geral. Por seu lado, os estudantes nos três escalões são 77%, 27% e 11% para os filhos de imigrantes e 74%, 33% e 6%, para os jovens em geral.<sup>2</sup>

A dupla condição da juventude ocidental contemporânea – os que estudam e os que trabalham, inversamente distribuídos de acordo com a idade – verifica-se, portanto, por igual, nos jovens de origem africana e nos de origem portuguesa. Sublinhe-se, já agora, o carácter residual de uma categoria que ainda há duas ou três décadas tinha expressão quantitativa assinalável, a das jovens que, saídas do sistema de ensino, muitas vezes precocemente, passavam a ocupar-se em exclusivo das tarefas domésticas e familiares.<sup>3</sup> Esse estatuto de dependência e minoridade, uma transição para a vida adulta feita intra-muros, é hoje uma realidade desconhecida e impensável para a generalidade das jovens mulheres de

origem portuguesa e de origem africana, o que não significa que parte delas não acumule tarefas de casa com estudos ou trabalho.

A condição dos filhos de imigrantes perante o trabalho pode variar em função de certas propriedades sociais destes jovens. Além da idade, como vimos, e da escolaridade, com os mais escolarizados a entrarem mais tarde no mercado de trabalho do que os menos escolarizados, vejamos se o género e a origem de classe têm influência a este nível.

As diferenças de género são ligeiras. Há um pouco mais de estudantes entre as raparigas e um pouco mais de activos, com e sem profissão, entre os rapazes. O efeito de origem de classe, pelo contrário, é forte. Entre os jovens de classes populares,<sup>4</sup> que constituem a larga maioria, são muitos mais os que trabalham (48% contra 23%), enquanto os jovens oriundos de classes mais favorecidas são mais frequentemente estudantes (68% contra 42%). Entre os jovens de origem popular as situações de desemprego são também mais frequentes (9% contra 5%).

O tempo de entrar no mercado de trabalho chega, para a maioria dos filhos de imigrantes africanos, com a maioridade. Quase 2/3 dos inquiridos (61%) começaram a trabalhar a partir dos 18 anos, 37% fizeram-no entre os 15 e os 17 anos e apenas 2% começaram antes dos 15 anos. Neste aspecto há diferenças a registar na comparação com os jovens em geral. Os dados disponíveis, resultantes de um inquérito nacional realizado em 1997, mostram que o início da vida activa profissional acontece mais cedo: quase 60% começaram antes dos 18 anos e os restantes depois (Alves, 1998: 109-111).

À primeira vista, poder-se-ia esperar que fosse ao contrário, que os filhos de imigrantes africanos, hipoteticamente em condições sociais e familiares mais desvantajosas, tivessem de recorrer mais cedo ao trabalho como meio de vida próprio, libertando as famílias do encargo da sua subsistência, ao menos parcialmente.

Mas esse seria um erro de avaliação da situação real da juventude portuguesa a este respeito. O início precoce da vida activa de muitos jovens do Norte e Centro, associado às particularidades do tecido socioeconómico dessas regiões, faz descer a idade média de entrada no mercado de trabalho a nível nacional, que fica abaixo da registada para os filhos dos imigrantes africanos. Já na Grande Lisboa, mostra o estudo citado, com outros contextos sociais e económicos, os jovens começam a trabalhar mais tarde.<sup>5</sup>

Ora, os descendentes dos imigrantes africanos estão concentrados, quase em exclusivo, na região lisboeta, e tenderão a acompanhar o padrão de transição para a vida activa que aí se verifica. Em termos comparativos, e porque beneficiam

desse “efeito Lisboa”, eles estão melhor do que muitos dos seus pares de idade das zonas menos desenvolvidas do país, que provavelmente não se importariam nada em trocar de lugares.

E como entram os descendentes de imigrantes no mercado de trabalho? Por que canais? Quais as modalidades que assume a sua passagem ao estatuto economicamente activo? É um estatuto de continuidade, a partir da primeira actividade profissional, ou não?

Como seria de esperar, conhecidas as características estruturais dos mercados de trabalho contemporâneos no que respeita, em particular, ao emprego juvenil, o que a informação recolhida mostra, particularmente as entrevistas em profundidade, é que, para condição social igual, estes jovens vivem experiências semelhantes às dos outros jovens, dentro do mesmo contexto territorial, neste caso a região de Lisboa.

Quanto aos canais de acesso, predominam as vias informais, os contactos inter-pessoais. Dos dezasseis entrevistados que trabalhavam, ou já tinham trabalhado, só cinco usaram vias mais institucionais para entrar no mercado de trabalho: estágios, respostas a anúncios de jornal, empresas de trabalho temporário ou procedimentos formalizados directamente junto de potenciais contratadores. A maioria encontrou emprego através de familiares, amigos, vizinhos, colegas de escola ou outros contactos, mais ocasionais.

No concreto, há a rapariga que começou por trabalhar com a mãe a limpar escritórios, outra que foi trabalhar no salão de cabeleireira de uma amiga, uma terceira que encontrou ocasionalmente trabalho como ajudante de cozinha num *snack-bar* quando tomava aí café, um rapaz que foi oferecer o seu trabalho a angariadores de mão-de-obra para a construção civil numa praça perto do bairro onde mora e outro que foi levado pela mão de amigos também para “as obras”. As vias informais de acesso ao trabalho continuam a valer, de resto, na circulação dentro do mercado de trabalho nos primeiros anos após o início da vida activa. Seja nas mudanças de emprego, sem solução de continuidade, seja nos casos, mais frequentes, em que se encontra um novo trabalho depois de um período curto de desemprego.

Estes testemunhos confirmam plenamente o que o inquérito à juventude portuguesa já citado detectou em termos extensivos. Quase metade dos que responderam a esse inquérito conseguiram emprego com a ajuda de amigos (29%) ou familiares (17%) e 19% declararam que lhes ofereceram emprego, o que subentende também informalidade (Pais, 1998: 194-195). Também Guerreiro e Pegado concluem que a maioria esmagadora dos seus entrevistados, mesmo quando envolvidos paralelamente em processos formais de acesso ao trabalho, como con-

cursos públicos, acabam por “aceder a empregos (em geral precários) através de mecanismos mais informais e flexíveis” (Guerreiro e Pegado, 2006: 201).

No que se refere à duração da entrada no mercado de trabalho, os resultados são igualmente convergentes. Para a grande maioria dos filhos de imigrantes africanos entrevistados, a transição para a vida economicamente activa não é um processo linear, rápido e irreversível, de mudança completa de estatuto. Não há propriamente um acto único de entrada no mercado de trabalho, como quem transpõe uma porta e a fecha atrás de si, mas várias entradas e saídas, voluntárias e involuntárias, de ciclo curto. O acesso ao mercado de trabalho assemelha-se mais a uma porta giratória, por onde se entra e sai com facilidade e frequência.

Exemplos: deixar de trabalhar por vontade própria para retornar à escola e reentrar mais tarde no mercado de trabalho em acumulação com os estudos; alternar períodos de emprego curto e precário na construção civil e desemprego não declarado; fazer vários contratos de seis meses em empregos terciários desqualificados, pontuados por passagens breves pelo desemprego formal; trabalhar só nas férias de Verão, durante vários anos. Em todos estes casos, e noutros, não chega a haver uma fixação ao mercado de trabalho nos primeiros anos após a primeira actividade remunerada. Só uma minoria tem logo de início situações de maior continuidade e mais estáveis, em bancos, autarquias ou em associações de desenvolvimento local.

Em sintonia com o que se acabou de dizer, Guerreiro e Pegado falam de “uma integração no mercado de trabalho [que] tende a alongar-se no tempo” e de “integração parcial no mercado de trabalho em modalidades semi-formais, temporárias ou a tempo parcial” (Guerreiro e Pegado, 2006: 221) e Alves de “mobilidade profissional” como “característica da transição para a vida activa” (Alves, 1998: 118). Um indicador elucidativo destes processos de inserção profissional diferida é o do número de empregos que os jovens tiveram nas suas curtas trajectórias profissionais. No caso dos descendentes de imigrantes, o inquérito mostra que 46% tiveram três ou mais empregos, 33% tiveram dois e 21% tiveram um. Os valores homólogos a nível nacional são próximos: 38%, 31% e 30%, respectivamente (Pais, 1998: 194).

O modo de funcionamento actual dos mercados de trabalho, mais precários e instáveis do que há algumas décadas, combinado com orientações tacteantes face ao trabalho por parte dos jovens, orientações que são, em parte, consequência desse funcionamento objectivo, explicam o carácter acidentado e complexo dos tempos e modos de entrada da grande maioria dos filhos de imigrantes africanos no mercado de trabalho, tal como acontece com os jovens em geral.

Para terminar este ponto, vale a pena fazer referência ao efeito de capital escolar e ao efeito de género no acesso à vida activa. Também aqui há convergência de



resultados. Quer entre os filhos de imigrantes quer nos jovens em geral, os que têm recursos escolares mais fracos – no limite os que não completaram o ensino obrigatório – além de entrarem mais cedo no mercado de trabalho, mudam mais frequentemente de emprego. Por sua vez, as raparigas começam a trabalhar mais tarde do que os rapazes, mas não se encontram diferenças sensíveis entre eles no que se refere à mobilidade profissional. Veremos adiante que também no tipo de empregos ocupados e respectivas condições de exercício, e na exposição ao desemprego, se fazem sentir os efeitos de capital escolar e de género.

### **Perfis e trajectos profissionais**

A imigração africana em Portugal é, sobretudo, laboral. Tirando pequenos grupos de angolanos ou guineenses fugidos a situações de guerra ou que vieram por razões políticas, a larga maioria dos africanos chegaram para trabalhar. O mercado de trabalho é, portanto, a instituição-chave nesta migração e hoje é razoavelmente conhecida a condição profissional destes imigrantes (Baganha, Ferrão e Malheiros, 2002; AA.VV., 2002). Começa também a saber-se alguma coisa sobre os seus trajectos no mercado de trabalho (Machado e Abranches, 2005; Carneiro, 2006). As pesquisas realizadas mostram que muitos migrantes, apesar de trajectos longos, têm uma mobilidade profissional limitada, que os mantém dentro dos segmentos laborais menos valorizados, embora com algumas mudanças de ramo e alguma melhoria das condições de trabalho.

Neste quadro, é de toda a importância conhecer as posições ocupadas pelos filhos e filhas desses imigrantes. Será verdade que também entre eles os homens “constroem” e as mulheres “limpam”? Ou será que têm uma composição profissional mais diversificada? Será possível essa diversificação perante condições de partida tão pouco favoráveis? Ou será que esse legado negativo não é assim tão determinante? Da transição para o mercado de trabalho e da situação que têm dentro dele depende muito a integração social dos descendentes de imigrantes e, por extensão, das populações imigrantes no seu todo.

Observem-se, então, as categorias e trajectos profissionais dos filhos de imigrantes que, no momento do inquérito, exerciam profissão, comparando essas categorias, por sexos, com as ocupadas, no mesmo momento, pelos respectivos pais e mães (Quadro 2).

Eles têm um perfil bem diferente dos seus progenitores. Numa leitura agregada, podemos dizer que o perfil dos descendentes de imigrantes é um perfil terciário de execução, ao passo que o da geração anterior é um perfil proletário, no sentido mais literal (construção civil) ou mais abrangente (também limpezas e similares) do termo.

Nas duas categorias profissionais que compõem o terciário de execução, mas requerem algumas qualificações – “pessoal administrativo” e “pessoal dos serviços

e vendedores” –, encontramos 79% das filhas de imigrantes contra 33% das mães e 25% dos filhos contra 7% dos pais. Os filhos são mais do que os pais também nos serviços não qualificados (11% contra 6%).

**Quadro 2 - Categoria profissional dos jovens, segundo o sexo, e dos pais e mães (percentagens em coluna)**

	Jovens do sexo masculino	Pais	Jovens do sexo feminino	Mães
Directores e quadros dirigentes	0,5	5,6	-	1,5
Profissões intelectuais e científicas	2,0	6,4	3,6	6,9
Técnicos e profissionais intermédios	8,1	3,1	4,1	2,0
Pessoal administrativo	10,1	2,7	23,6	7,6
Pessoal dos serviços e vendedores	14,5	3,8	55,6	25,6
Trab. não qualificados dos serviços	10,6	6,1	10,1	49,0
Trab. industriais e dos transportes	12,9	18,3	3,0	5,7
Trab. da construção civil	20,7	48,8	-	-
Trab. não qualificados da construção civil	19,8	1,3	-	-
Outras profissões	0,8	3,9	-	1,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Projecto JODIA, CIES-ISCTE, 2004, n = 393 (jovens), n = 951 (pais), n = 895 (mães).

Filhos e filhas de imigrantes têm, contudo, perfis bem distintos, que tornam as filhas mais diferentes das mães do que os filhos dos pais. Com efeito, 41% dos rapazes têm actividades ligadas à construção civil, menos do que os pais (50%), mas em desvantagem face a eles, uma vez que muitas delas são as actividades mais desqualificadas do sector (servente de pedreiro, por exemplo), algo que os pais só fazem raramente.

O retrato-robô «homens constroem, mulheres limpam» dá uma imagem distorcida da realidade, mas, pelo que os dados mostram, essa imagem é mais distorcida para as filhas do que para os filhos dos imigrantes. Ilustrando, podemos considerar provável uma família em que a filha trabalha ao balcão de uma loja de um centro comercial e a mãe na firma que assegura a limpeza do centro, enquanto pai e filho trabalham ambos na construção civil, podendo o filho ser servente do pai.

Dois factores contribuem para que a diferença de género seja tão marcante: um prende-se com a composição e o funcionamento do mercado de trabalho terciário, ao nível dos empregos administrativos, do comércio e dos serviços, mais propenso a contratar mulheres do que homens; outro é o facto de as filhas dos imigrantes africanos serem mais escolarizadas do que os seus pares

masculinos, tal como acontece, de resto, com as jovens em geral, o que parece permitir-lhes escapar mais facilmente aos empregos executantes mais desqualificados.

Outro aspecto dos modos de inserção no mercado de trabalho fortemente marcado por relações de género é a localização espacial dos postos de trabalho ocupados por homens e mulheres, tal como foi identificada por dois indicadores: o da posição geográfica do emprego por referência ao local de habitação e o das deslocações para trabalhar noutras regiões do país.

Os resultados são concludentes: seguindo um padrão que é mais geral, mas para o qual não há dados comparativos, as jovens filhas de imigrantes tendem a ficar mais perto de casa, e são os seus pares masculinos que mais vão para longe. Mais de metade delas (55%), distribuídas em partes quase iguais, trabalha na freguesia onde reside ou noutra freguesia do concelho; ao passo que para eles o valor homólogo se fica pelos 36%, sendo que apenas 10% trabalham na freguesia de residência. Quanto ao trabalho noutras regiões do país, a diferença é ainda maior: fizeram-no 30% dos homens e apenas 3% das mulheres. As obrigações familiares e domésticas e a conciliação dessas obrigações com o trabalho fora de casa, que sobrecarregam as mulheres e exercem sobre elas uma pressão centrípeta, ajudam a explicar estas diferenças.

Concluindo a análise do Quadro 2, vejamos o que acontece no topo da hierarquia das categorias profissionais. Contando as três primeiras categorias da lista, genericamente caracterizadas por terem associadas a si qualificações elevadas e autoridade profissional, encontramos mais pais (15%) do que filhos (11%) e mais mães (10%) do que filhas (8%). Trata-se aqui de pais e mães pertencentes às classes média e alta, que também integraram a amostra do inquérito. A desvantagem dos jovens justifica-se, no essencial, pelo tempo médio de chegada àquelas categorias, que é um tempo mais longo do que aquele que eles têm, tanto de idade como de trajecto profissional.

As categorias profissionais dos filhos de imigrantes africanos estão relacionadas, por outro lado, com os seus níveis de escolaridade. Há uma influência visível e esperável do capital escolar na localização destes jovens no mercado de trabalho. Regra geral, quanto maior o capital escolar, mais qualificada é a categoria profissional e, por arrastamento, mais favoráveis as respectivas condições de exercício. Isso é directamente perceptível na mancha gráfica do Quadro 3, que cruza categorias profissionais e níveis de escolaridade atingidos.<sup>6</sup> As colunas elevam-se em degraus da esquerda para a direita, subindo-se na hierarquia das categorias profissionais ao mesmo tempo que se sobe nos níveis de escolaridade. Por exemplo, nenhum dos inquiridos com qualificação universitária está inserido na construção civil e são os jovens com o 2º ou 3º ciclos do básico que mais estão

nesse sector. Por sua vez, nas profissões intelectuais e científicas só há jovens com ensino superior.

Esta correspondência global entre títulos escolares e lugares profissionais observa-se para os jovens em geral (Guerreiro e Pegado, 2006: 104-106). Mais uma vez, os filhos de imigrantes não constituem excepção. À imagem do que as autoras mostram para o conjunto da juventude portuguesa, há também, no entanto, situações de não correspondência, isto é, empregos “abaixo” das qualificações escolares ou, visto ao contrário, qualificações escolares “acima” dos empregos. Veja-se o caso dos jovens com ensino superior que fazem trabalho administrativo ou nos serviços.

**Quadro 3 - Profissão no momento do inquérito,  
segundo a escolaridade atingida (percentagens em coluna)**

	Até 2º ciclo básico	3º ciclo básico	Sec.	Sup.	Total
	(5,1)	(28,4)	(48,1)	(18,3)	(100,0)
Directores e quadros dirigentes	4,5	-	-	-	0,3
Profissões intelectuais e científicas	-	-	-	17,5	2,8
Técnicos e profissionais intermédios	-	1,6	3,9	23,8	6,1
Pessoal administrativo	9,1	7,8	19,0	31,7	16,8
Pessoal dos serviços e vendedores	18,2	33,6	44,1	15,9	34,7
Trab. não qualificados dos serviços	9,1	10,2	10,6	9,5	10,2
Trab. industriais e dos transportes	4,5	7,0	11,2	1,6	7,9
Trab. da construção civil	18,2	21,1	5,6	-	10,5
Trab. não qualif. da construção civil	31,8	18,8	5,0	-	10,2
Outras profissões	4,5	-	0,6	-	0,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	n=22	n=128	n=179	n=63	n=392

Fonte: Projecto JODIA, CIES-ISCTE, 2004.

Duas notas a propósito deste desfaseamento. A primeira é que se podem distinguir dois tipos de circunstâncias entre os que, tendo escolaridade superior, estão em empregos pouco qualificados: uma parte deles estará de passagem nesses empregos enquanto faz o seu percurso universitário e tenderá a abandoná-los quando completar esse percurso; outros, que já não estudam, e que podem ou não ter completado os cursos que frequentavam, estarão nesses

empregos há mais tempo, o que significa que não conseguiram transitar, até à data do inquérito, para categorias mais qualificadas.

A segunda nota, de ordem mais geral e com outro sentido, é para dizer que nos países europeus mais desenvolvidos, para além de haver muitas mais pessoas em profissões intelectuais e científicas e em profissões intermédias do que em Portugal, há muitos mais empregados administrativos e dos serviços com ensino secundário e ensino superior, em consequência da elevação contínua dos níveis de escolaridade de toda a população activa (Costa, Machado e Almeida, 2007). Aqui já não se trata de um “desfasamento”. As qualificações e competências aplicadas a essas actividades pelos que as desempenham tornam-nas mais produtivas e competitivas, logo mais bem remuneradas e mais prestigiadas. Obviamente, não é esse o caso de Portugal.

Os dados que analisámos até agora (Quadros 2 e 3) só nos proporcionam uma percepção fotográfica dos perfis profissionais de pais e filhos no momento do inquérito, o que é insuficiente. É preciso observar também os trajectos percorridos pelos jovens desde que entraram no mercado de trabalho, para saber se houve alterações significativas de localização profissional nos poucos anos que levam de vida economicamente activa.<sup>7</sup>

No Quadro 4 comparam-se as distribuições dos inquiridos por categorias profissionais em dois momentos: o do inquérito e o relativo à primeira profissão.

Vê-se que ocorreram mudanças importantes nesse intervalo de tempo. Concretamente, houve um movimento geral de profissões menos qualificadas para profissões mais qualificadas. Por um lado, as três categorias de topo, sem excepção, aumentaram o seu peso relativo. Por outro lado, nas categorias de perfil executante, crescem, em números absolutos e relativos, o pessoal administrativo, o pessoal dos serviços e vendedores, os trabalhadores industriais e dos transportes e os trabalhadores da construção civil e diminuem os trabalhadores não qualificados dos serviços (de 15% para 10%) e da construção (de 29% para 10%).

**Quadro 4 - Primeira profissão e profissão no momento do inquérito dos filhos de imigrantes africanos, segundo o sexo (percentagens em coluna)**

	Primeira profissão			Profissão no momento do inquérito		
	H	M	Total	H	M	Total
Directores e quadros dirigentes	-	-	-	0,5	-	0,3
Profissões intelectuais e científicas	1,7	1,3	1,5	2,0	3,6	2,8
Técnicos e profissionais intermédios	3,4	1,8	2,6	8,1	4,1	6,1
Pessoal administrativo	4,7	19,6	12,0	10,1	23,6	16,8
Pessoal dos serviços e vendedores	14,0	54,5	33,8	14,5	55,6	34,9
Trab. não qualificados dos serviços	9,4	20,1	14,6	10,6	10,1	10,4
Trab. industriais e dos transportes	7,7	2,2	5,0	12,9	3,0	7,9
Trabalhadores da construção civil	3,4	-	1,7	20,7	-	10,4
Trab. não qualif. da construção civil	55,3	0,4	28,5	19,8	-	9,9
Outras profissões	0,4	-	0,2	0,8	-	0,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Projecto JODIA, CIES-ISCTE, 2004.

Além disso, estes dados permitem perceber melhor a relação dos filhos dos imigrantes com o sector da construção civil. Perto de 60% começaram aí a vida profissional, quase sempre como trabalhadores não qualificados, mas, no momento do inquérito, esse quadro já se tinha alterado bastante. Os que permaneciam na construção eram 41%, distribuídos em partes quase iguais por profissões qualificadas e não qualificadas, e, os restantes, transitaram para outras categorias, na indústria ou nos serviços.

Do lado feminino, passa-se algo de similar, com a categoria das trabalhadoras não qualificadas dos serviços, à partida já não muito numerosa, a cair de 20% para 10%. A mudança para localizações profissionais mais qualificadas é acompanhada por uma melhoria global das condições de trabalho. Como se vê no Quadro 5, o regime de ocupação, o tipo de contrato e o acesso aos subsídios de férias, Natal e refeição, evoluem de forma positiva. Os inquiridos a trabalhar a tempo inteiro passam de 47% para 83%, os que trabalham sem contrato diminuem de

46% para 13%, aumentando os contratados a título permanente de 5% para 33%, e o grau de cobertura dos três subsídios cresce substancialmente.

**Quadro 5 - Condições de trabalho dos filhos de imigrantes africanos na primeira profissão e na profissão no momento do inquérito (percentagens em coluna)**

	Primeira profissão	Profissão no momento do inquérito
<b>Regime de ocupação</b>		
A tempo inteiro	47,2	82,7
A tempo parcial	31,1	15,3
Outros regimes	21,7	1,9
<b>Tipo de contrato</b>		
Permanente	5,1	32,6
A prazo	45,0	49,3
Sem contrato	45,5	13,2
Outra situação	4,3	4,8
<b>Subsídio de férias</b>		
Sim	38,4	73,9
Não	61,6	26,1
<b>Subsídio de Natal</b>		
Sim	38,4	72,8
Não	61,6	27,2
<b>Subsídio de refeição</b>		
Sim	41,0	61,3
Não	59,0	38,7

Fonte: Projecto JODIA, CIES-ISCTE, 2004.

Nota: n = 393 (profissão no momento do inquérito); n = 459 (primeira profissão).

Os números apresentados são inequívocos quanto à ocorrência frequente de mobilidade profissional, entre o momento de entrada no mercado de trabalho e os anos subsequentes. Muitos dos que começaram pelas profissões mais desqualificadas (por exemplo, servente de pedreiro) estiveram nelas transitoriamente e conseguiram melhorar a sua situação em pouco tempo. Não se trata, é claro, de mobilidade social ascendente no sentido forte da palavra. Mas a transposição da fronteira entre trabalho não qualificado e trabalho com alguma qualificação, entre condições mais perto da precariedade e condições mais afastadas dela, por parte de um número significativo de jovens, não é, tão pouco, um facto sem importância.

É claro que a melhoria das condições de trabalho entre a primeira profissão e a profissão no momento do inquérito não significa que o trajecto destes jovens não possa continuar a ser marcado pela precariedade e instabilidade, para além dos empregos que tinham em 2004. Só para alguns, os 33% contratados sem termo, esses empregos tinham, em teoria, condições de durabilidade. Apesar das mudanças positivas no panorama geral, 49% dos jovens eram contratados a prazo e subsistiam 13% sem contrato.

Percurso como os do Bruno e da Carina (ver caixa), ilustram, no limite, como se pode ter trajectos de instabilidade e precariedade duradouras. O de Carina é particularmente impressionante, pois já durava há dez anos, quando foi entrevistada. E, de facto, quer um quer outro, para além de trabalho sem contrato ou até sem remuneração, saltando entre os serviços e a indústria, e de períodos de desemprego intermitentes, não deixaram de ter em certos períodos dos seus percursos empregos com contrato e com regalias sociais.

Mas isso não os tornou imunes à instabilidade e precariedade posteriores, inscritas na própria lógica de funcionamento dos segmentos de mercado de trabalho ao seu alcance. Como concluem Guerreiro e Pegado, “o principal problema no processo de integração dos jovens no mercado de trabalho tende a ser, não a falta generalizada de trabalho, mas sim a incapacidade de transitar de uma situação de vínculos informais ou precários para uma situação de pleno emprego, com vínculos formais e de longa duração” (Guerreiro e Pegado, 2006: 222).

Não se sabe – para isso era preciso continuar a seguir as trajectórias profissionais destes jovens – se a melhoria relativa das condições de trabalho verificada nos primeiros anos continuará nos anos seguintes. Pense-se, por exemplo, nos 41% que, no momento do inquérito, continuavam na construção civil. Interessava averiguar se eles permanecerão no sector, reproduzindo a condição profissional de muitos homens da geração precedente, ou se, com o passar dos anos, transitarão para outras actividades.



## Percursos profissionais instáveis e precários

*Bruno, de 25 anos, nascido em Bissau, nacionalidade guineense, frequência incompleta do 11º ano, residente no bairro dos Terraços da Ponte, Loures. No momento da entrevista, em 2005, estava desempregado há mês e meio e procurava activamente trabalho. Começou aos 21 anos por distribuir publicidade pelas caixas de correio, a tempo parcial, o que durou pouco tempo; foi para o Algarve trabalhar no estaleiro de uma obra de construção de estradas; regressou à região de Lisboa para ser ajudante de mecânico; foi para o Porto trabalhar novamente na construção, onde ficou só um mês e meio porque “mandaram-nos embora, às pessoas que não tinham contrato”. Depois disso, voltou a Lisboa para ser servente de pedreiro, mais uma vez. Seguiu-se Espanha, para onde foi com um irmão e dois amigos trabalhar de novo na construção, experiência que correu mal porque o angariador desapareceu ao fim de uns dias: “Estive três dias sem comer nada. Até que vimos polícia na rua, explicámos a situação e levaram-nos lá para uma esquadra, em Valência. Compraram-nos os bilhetes, largaram-nos com uma pessoa, um agente da polícia, que nos levou até à embaixada de Portugal em Madrid. Lá perguntaram-nos o nome do patrão, deram-nos comida e trataram-nos bem e pagaram-nos a camioneta para Lisboa”. No último emprego antes de ficar desempregado, esteve no Entroncamento, outra vez na construção civil.*

*Carina, de 25 anos, nascida em Portugal, nacionalidade portuguesa, origem luso-angolana, 9º ano em RVCC, residente em Setúbal. No momento da entrevista, em 2005, estava desempregada. Começou a trabalhar aos 15 anos como ajudante de cabeleireira no salão de uma amiga, durante um ano, sem receber, apenas para “aprender a profissão”. Foi depois empregada de um café, durante quatro meses, voltou a ser ajudante de cabeleireira, por seis meses, e entrou a seguir num restaurante da McDonalds: “O meu primeiro contrato, não tirava mais que 50 contos, trabalhava-se bem, a part-time, fiquei oito meses.” Através de um Centro de Emprego conseguiu trabalho numa fábrica de componentes de automóveis, na secção da costura, em Setúbal, onde esteve quatro anos. Saiu da fábrica em 2001, por mútuo acordo. Depois disso, nunca mais teve emprego certo: “Tenho estado a trabalhar por trabalho temporário. Trabalho dois meses, estou desempregada, quatro, cinco, seis [meses], depois trabalho outros quatro ou cinco meses, depois estou outra vez desempregada, um ano se for preciso”. Através do Centro de Emprego e de empresas de trabalho temporário, tem feito contratos curtos, a tempo inteiro, em várias fábricas da região de Setúbal.*

Tornar-se-ão esses trajectos parecidos com os do Bruno e da Carina e de outros jovens que, embora menos, também tiveram percursos incertos, ou serão de tipo mais estável como os daquela minoria de entrevistados, que, no sector público ou associativo, mas também no sector privado, se mantêm no primeiro emprego ao fim de vários anos ou mudaram apenas uma vez?

As localizações e trajectos profissionais revelados pelos inquiridos e entrevistas, em 2004 e 2005, correspondem a um estado do mercado de trabalho que entretanto evoluiu negativamente, com o aumento do desemprego, nomeadamente o desemprego juvenil. Esse aumento, com expressão importante na região de Lisboa, não deixará de afectar também estes jovens, quer os que tentam entrar no mercado de trabalho, quer os que, já lá estando, vêem aumentar a possibilidade de dele saírem, por períodos mais ou menos prolongados.

Falta ver como é que os filhos de imigrantes africanos ficam, em termos profissionais, quando comparados com os jovens em geral, o mesmo exercício que se fez atrás relativamente aos tempos e modos de acesso ao mercado de trabalho. O Quadro 6 mostra o resultado da distribuição dos inquiridos e dos jovens portugueses em geral por cinco categorias socioprofissionais que captam globalmente a diversidade e a hierarquia de recursos em jogo no mercado de trabalho.

Para uma comparação mais agregada e com outro nível de integração analítica, retivemos não as categorias da Classificação Nacional de Profissões, usadas nos quadros anteriores, mas a tipologia de classes sociais ACM, a cinco categorias, construídas e partir do cruzamento das variáveis primárias “profissão” e “situação na profissão” (Costa, 1999; Machado *et al.*, 2003). O Quadro 6 mostra o resultado da distribuição dos inquiridos e dos jovens portugueses em geral pelos cinco lugares de classe.

**Quadro 6 - Composição de classe dos filhos de imigrantes africanos e dos jovens em geral (percentagens em coluna)**

	Filhos de imigrantes africanos	Jovens em geral
Empresários, dirigentes e profissionais liberais	0,6	7,6
Profissionais técnicos e de enquadramento	6,5	16,7
Trabalhadores independentes	2,2	2,4
Empregados executantes	60,3	35,1
Operários	30,4	38,2
Total	100,0	100,0

Fontes: Projecto JODIA, CIES-ISCTE, 2004, n = 464; Censos 2001, para os jovens em geral.

Nas duas categorias minoritárias de topo, que possuem capitais económicos, escolares e profissionais elevados, os jovens autóctones surgem em clara vantagem. Somando empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL) e profissionais técnicos e de enquadramento (PTE), encontramos 24% dos autóctones e 7% dos filhos de imigrantes.

Mas este é um enunciado que carece de especificação, já que não estamos a comparar categorias iguais. O problema da estrutura etária diferente dos dois grupos, que colocámos aquando da comparação das suas condições perante o trabalho, reaparece aqui nos mesmos termos.

Ou seja, nos jovens autóctones, o segmento dos 25 aos 29 anos é, como dissemos antes, proporcionalmente muito maior do que nos jovens de origem africana (36% contra 15%). E é justamente nessa faixa etária que EDL e PTE existem em maior número, porque os jovens em causa já tiveram tempo suficiente para obterem a experiência profissional e/ou a formação universitária requeridas para atingirem as categorias socioprofissionais correspondentes a esses lugares de classe. Logo, por um simples efeito de idade, é muito mais provável encontrar nesses lugares jovens autóctones do que jovens de origem africana.

Se fizermos a comparação não em globo, mas só para a faixa etária dos 25 aos 29 anos, encontramos outro resultado: 19% dos jovens de origem africana e 21% dos jovens em geral são PTE e 2% e 10%, respectivamente, são EDL. Somando as duas categorias, os filhos de imigrantes continuam em desvantagem, mas a distância reduz-se significativamente, sobretudo nos PTE.

A outra diferença importante no perfil de classe dos dois grupos é a que se refere aos pesos relativos de empregados executantes e operários. É nestas categorias que se concentra a grande massa dos jovens, quer os autóctones, quer os de origem africana. Entre os últimos há menos operários (30% contra 38%) e, sobretudo, muito mais empregados executantes (60% contra 35%).

É este o principal traço distintivo da composição de classe dos filhos de imigrantes africanos. Resulta da conjugação de um perfil social específico – jovem, metade feminino, com escolaridade obrigatória ou acima disso – com as necessidades de uma economia urbana terciarizada, como é a da região de Lisboa. É o acesso “natural” a esses segmentos do mercado de trabalho terciário que distingue os jovens dos seus pais e mães, especialmente dos pais. Além da idade e da escolaridade certas, eles têm o domínio da língua portuguesa e as competências relacionais exigidas pelas formas de interacção social características da economia terciária urbana.

Prosseguindo a comparação de perfis entre filhos de imigrantes e autóctones, encontramos diferenças nas condições de exercício das respectivas actividades

profissionais. Como vimos atrás, os filhos de imigrantes melhoram essas condições entre o primeiro emprego e o emprego no momento do inquérito, no sentido em que, além de passarem a receber muito mais frequentemente subsídios de férias, Natal e refeição, passam a ter vínculos contratuais menos precários. Mesmo assim, só 33% tinham contrato sem termo, percentagem muito inferior à registada para os jovens em geral, que era, em 2002, de 63% (Guerreiro e Pegado, 2006: 115).

É uma desvantagem que decorre, em grande medida, das próprias diferenças de composição profissional e classista dos dois grupos. Enquanto os jovens autóctones são proporcionalmente mais, como se viu, nas categorias profissionais mais qualificadas, os filhos de imigrantes estão concentrados em actividades executantes de base, nomeadamente no sector terciário. Ora, sabe-se que a natureza dos vínculos contratuais varia significativamente entre categorias profissionais. As categorias em que os contratos permanentes são mais comuns são justamente aquelas em que os autóctones estão mais presentes (nomeadamente, os profissionais técnicos e de enquadramento), e a precariedade está mais associada às categorias em que os filhos de imigrantes são maioritários. Em 2002, o grupo profissional do “pessoal dos serviços e vendedores” – o principal segmento dos empregados executantes – era, a par dos “trabalhadores não qualificados”, o que tinha a maior percentagem de contratos a termo (43%) para a população activa entre os 15 e os 29 anos a nível nacional (Guerreiro e Pegado, 2006: 119).

Mais uma vez, fica em evidência que a comparação entre jovens autóctones e jovens de origem imigrante não pode fazer-se em globo, mas sim por referência a traços sociodemográficos e classistas específicos de cada grupo. Nesse sentido de composição estrutural, os jovens descendentes de imigrantes africanos não são jovens como os outros. Mas são-no, no essencial, quando controlamos analiticamente essas diferenças de composição estrutural ou quando se trata de aspectos da sua vida em que o efeito dessas diferenças não se faz sentir significativamente.

### **Desemprego e desempregados**

Embora se diga, e bem, que mais difícil do que conseguir entrar no mercado de trabalho é conseguir uma situação profissional estável, também é verdade que o desemprego tem crescido na última década, atingindo sobretudo os jovens. Entre 1998 e 2004 (ano, recorde-se, do inquérito aos filhos de imigrantes africanos aqui utilizado), a taxa geral de desemprego passou de 4,5% para 6,3% e a taxa homóloga para os activos dos 15 aos 29 anos passou de 7,3% para 10,5% (Guerreiro e Pegado, 2006: 136). Depois de 2004, o desemprego tem continuado a aumentar, e os jovens continuam a ser os mais afectados. Entrar no mercado de trabalho também se tornou mais difícil.

O chamado “desemprego intermitente de longa duração” (Pais, 1998: 193), isto é, a alternância entre períodos curtos de desemprego e pequenos empregos precários, significa justamente essa dificuldade de fixação, de estabilização, no mercado de trabalho. Ainda segundo Pais, mais do que de “inserção”, o desemprego juvenil é hoje um “desemprego de circulação”. Os jovens filhos de imigrantes africanos têm uma experiência de desemprego que, a este nível, não se distingue da dos jovens em geral. Vimos atrás, a propósito dos tempos e modos de entrada no mercado de trabalho, que muitos deles se deparam com esse desemprego intermitente nos primeiros anos de vida profissional.

Mas comecemos por ver a taxa de desemprego registado no inquérito realizado em 2004 junto desses jovens e comparemo-la com a taxa homóloga para os jovens em geral. No Quadro 7 estão patentes essas taxas e a sua distribuição por escalões etários e sexo. A leitura dos dados é fácil e imediata. O desemprego entre os filhos de imigrantes é significativamente mais alto do que entre os jovens em geral (18,1% contra 10,5%). Em termos de idades, a variação é, nos dois grupos, no mesmo sentido, diminuindo quando se passa dos mais jovens dos jovens para os mais velhos, mas a variação por género é de sentido contrário, desfavorável às mulheres nos jovens em geral e desfavorável aos homens entre os filhos dos imigrantes.

**Quadro 7 - Taxas de desemprego em 2004, segundo a idade e o sexo (percentagens)**

	Filhos de imigrantes africanos	Jovens a nível nacional
15-19 anos	36,4	18,7
20-24 anos	16,8	12,3
25-29 anos	10,0	7,9
Homens	18,4	9,1
Mulheres	17,4	12,0
Total	18,1	10,5

Fontes: Projecto JODIA, CIES-ISCTE, 2004; INE; Guerreiro e Pegado (2006).

Porque são os filhos dos imigrantes africanos mais atingidos pelo desemprego? Será a condição de filho de imigrante, ela própria, uma razão para que assim aconteça? Ou terá de se procurar a resposta noutro lugar?

O que está em causa é, outra vez, o perfil estrutural destes jovens e o efeito que certas características constitutivas desse perfil têm ao nível da exposição ao desemprego. Dito por outras palavras, a análise de classes, aplicada uma vez mais a este caso, permite perceber a razão desta diferença. Sabe-se que o grau de

escolaridade, o tipo de profissão, e mesmo a origem de classe, por via do capital social, influenciam a probabilidade de cair no desemprego. Concretamente, os mais escolarizados, sobretudo a nível universitário, estão menos sujeitos ao desemprego do que os menos escolarizados; e os jovens com profissões mais precárias no terciário de execução ou na construção civil estão mais sujeitos ao desemprego do que os titulares de posições profissionais mais estáveis e qualificadas (Guerreiro e Pegado, 2006: 145, 147, 157, 167; Alves, 1998: 123).

Ora, os filhos dos imigrantes têm uma posição comparativamente desfavorecida nesses três critérios sociais: a grande maioria (80% nos termos da amostra do inquérito) é oriunda das classes populares, valor consideravelmente mais alto do que o dos jovens em geral; são globalmente menos escolarizados, com menos indivíduos com o ensino superior (Machado, Matias e Leal, 2005); e, muito importante, têm um perfil profissional caracterizado pela inserção maioritária no segmento secundário do mercado de trabalho, onde os empregos são mais precários e instáveis (pense-se nos jovens que trabalham na construção civil). Note-se que 80% dos desempregados registados pelo inquérito tinham tido os últimos empregos na construção civil (38%, a maioria sem contrato de trabalho), nos serviços não qualificados (17%), na restauração (13%) e no comércio (12%). Mais de metade desses desempregados não tinha contrato. O efeito do capital escolar, por sua vez, fica bem à vista se contarmos não todos os filhos de imigrantes, mas apenas os detentores de qualificação superior. Nesse caso, a taxa de desemprego cai para 6,8%, valor inferior ao dos próprios jovens autóctones, no mesmo ano.

No que respeita à distribuição de género inversa da habitual, a explicação passa pelo tipo de empregos que desempregados e desempregadas tinham antes de o serem. Se uns e outros estão maioritariamente, como se disse, no segmento secundário do mercado de trabalho, boa parte dos rapazes está numa actividade, a construção civil, que representa o secundário do secundário, digamos assim, o que os deixa ainda mais vulneráveis do que as raparigas. De facto, os empregos pouco qualificados nos serviços, restauração e comércio, mais ocupados pelas filhas dos imigrantes, são, apesar de tudo, menos vulneráveis. Além da natureza desregulada do sector da construção civil, que torna objectivamente o desemprego num risco quase quotidiano, os filhos de imigrantes – que têm acesso fácil a esse sector se quiserem –, rejeitá-lo-ão mais do que as filhas rejeitarão os empregos a que têm acesso igualmente fácil, e cairão, também por esse lado, em situações mais frequentes de desemprego intermitente.

A experiência do desemprego é, de resto, bastante comum. Mais de metade dos inquiridos (54%) que estavam na vida activa já tinham tido essa experiência, 40% dos quais por duas vezes e 20% por três ou mais vezes, e encontram-se para eles as mesmas correlações de género, grau de escolaridade e profissão que se encontrou para os desempregados no momento do inquérito.<sup>8</sup> Esta socialização do

desemprego – o tal desemprego intermitente de longa duração – não deixará de moldar as atitudes destes jovens face ao trabalho, seu valor e significado.

Outros elementos constitutivos da situação social destes desempregados são a duração do desemprego, as razões por que ele aconteceu, o acesso ao subsídio de desemprego, a procura de trabalho e o tempo que ela dura e as intenções dos inquiridos quanto à aceitação dos empregos que possam surgir (Quadro 8).

Os tempos de desemprego são variados: 51% dos desempregados estavam nessa situação no máximo há seis meses e apenas 26% eram desempregados de longa duração. Entre as razões do desemprego destacam-se as que têm a ver com a cessação do período acordado para a prestação do trabalho (49%), ou porque o contrato tinha terminado ou porque tinha sido concluída a tarefa encomendada. Em 26% dos casos tinha havido despedimento e só em 19% saídas voluntárias, o que significa que os constrangimentos estruturais se impuseram quase sempre às vontades individuais. Consequência negativa, em grande parte, do facto de muitos dos desempregados não terem tido contrato de trabalho nos empregos em que estavam anteriormente, é que 75% deles nunca receberam subsídio de desemprego. A larga maioria dos desempregados (77%) declarou que estava à procura de trabalho e, desses, eram também 77% os que o buscavam há um máximo de seis meses. Finalmente, a intenção declarada pela maioria dos inquiridos era a de “aproveitar a primeira oportunidade de trabalho” em vez de esperar até encontrar algo “de acordo com as suas aspirações”.

**Quadro 8 - Circunstâncias do desemprego (percentagens em coluna)**

<b>Duração do desemprego</b>	
Até três meses	22,3
Quatro a seis meses	28,3
Sete a onze meses	23,6
Um ano ou mais	25,8
Total	100,0
<b>Razões do desemprego</b>	
Fim do contrato ou estágio	22,6
Despedimento	25,5
Saída voluntária	18,6
Fim da tarefa que lhe tinha sido encomendada	26,5
Outra razão	6,8
Total	100,0

<b>Subsídio de desemprego</b>	
Recebe	25,1
Nunca recebeu	74,9
Total	100,0
<b>Procura de emprego</b>	
Sim	76,7
Não	23,3
Total	100,0
<b>Tempo de procura de emprego</b>	
Até três meses	31,2
Quatro a seis meses	45,4
Sete a onze meses	15,9
Um ano ou mais	7,5
Total	100,0
<b>Intenção quanto à procura de emprego</b>	
Esperar até arranjar um emprego que corresponda às aspirações	29,0
Aproveitar a primeira oportunidade de trabalho	71,0
Total	100,0

Fonte: Projecto JODIA, CIES-ISCTE, 2004, n=70.

Os elementos comparativos disponíveis a este propósito para os jovens em geral revelam, em concordância com as análises precedentes, muitas semelhanças e algumas diferenças pequenas. Quanto à duração do desemprego, 60% dos jovens estavam sem trabalho no máximo há seis meses e o desemprego de longa duração era de 19%.<sup>9</sup> Portanto, uma duração média um pouco menor do que a dos filhos de imigrantes. Nas razões do desemprego, há mais casos de saída voluntária (28%) e menos de despedimento (15%), mas a maioria é também formada pelos que acabaram o contrato que os vinculava ou a tarefa que desempenhavam. Os que recebiam subsídio de desemprego também eram poucos (29%) e, no que respeita à procura de emprego e respectiva duração, os números são idênticos: 25% não o procuravam e, dos que procuravam, 17% faziam-no há sete ou mais meses. Finalmente, o comportamento considerado preferível perante a possibilidade de novo emprego é o mesmo, com 73% a dizerem que aproveitariam a primeira oportunidade de trabalho (Guerreiro e Pegado, 2006, 140-141, 149, 159-160; Alves, 1998: 123; Pais, 1998: 192).



**Quadro 9 - Perfil social e avaliações dos desempregados (percentagens em coluna)**

	Desempregados	Total da amostra
<b>Sexo</b>		
Homens	52,6	49,8
Mulheres	47,4	50,2
Total	100,0	100,0
<b>Origem de classe</b>		
Classe média e alta	10,0	17,2
Classes populares	90,0	82,8
Total	100,0	100,0
<b>Nível de escolaridade</b>		
1º ciclo do ensino básico	1,2	0,4
2º ciclo do ensino básico	12,1	4,8
3º ciclo do ensino básico	33,3	28,4
Ensino secundário	50,0	48,1
Ensino superior	3,5	18,3
Total	100,0	100,0
<b>Nacionalidade</b>		
Nacionalidade portuguesa	49,5	56,4
Nacionalidade estrangeira	50,5	43,6
Total	100,0	100,0
<b>Avaliações da vida pessoal</b>		
Situação económica má ou muito má	42,5	13,7
Situação económica pior do que a dos pais	53,8	29,8
Situação económica pior do que a dos portugueses	44,1	22,3
Não muito ou nada satisfeito com a vida	58,4	23,9

Fonte: Projecto JODIA, CIES-ISCTE, 2004, n=87 e n=1000.

Embora o desemprego que atinge os filhos de imigrantes, tal como os jovens em geral, seja geralmente de curta duração, desemprego que pode repetir-se, mas que será sucedido de nova entrada no mercado de trabalho, o que significa que não estamos perante uma condição social pesada, geradora de uma categoria social à parte, os desempregados não deixam de se distinguir dos outros filhos de imigrantes. Certas propriedades sociais aparecem entre eles comparativamente mais acentuadas.

É o que nos mostra o Quadro 9. Ser do sexo masculino, como vimos antes, representa, neste caso, um risco um pouco maior de ficar sem trabalho; a origem de classe tem mais influência do que o género, com os jovens oriundos das classes populares mais expostos ao desemprego do que os oriundos das classes média e alta; o nível de qualificações académicas é particularmente diferenciador, vendo-se que há poucos desempregados com ensino superior, ao contrário daqueles que se ficaram pelo 2º ou 3º ciclos do ensino básico, que estão sobre-representados; finalmente, a nacionalidade aparece também com um efeito específico, com os jovens estrangeiros a surtirem com mais peso no subgrupo dos desempregados do que no total da amostra.

O que estes indicadores de perfil social comparado mostram é que, apesar de inscrito no próprio funcionamento dos mercados de trabalho, e tendo por isso uma expressão alargada e transversal, o desemprego atinge mais uns jovens do que outros. Uma certa origem de classe, um certo nível de escolaridade, ser estrangeiro ou ser homem, tende a aumentar a probabilidade do desemprego. Por outro lado, as avaliações que os desempregados fazem da sua vida pessoal (Quadro 9) também se distinguem visivelmente das avaliações do conjunto dos inquiridos. Em regra, são avaliações mais pessimistas, o que bate certo com as suas circunstâncias sociais. São muitos mais os que consideram a sua situação económica “má” ou “muito má” (43% contra 14% no conjunto da amostra), os que consideram essa situação pior do que a dos pais (54% contra 30%), os que acham que ela é pior do que a dos portugueses em geral (44% contra 22%) e ainda os que se sentem “não muito” ou “nada” satisfeitos com a vida.

<b>Um percurso em suspenso</b>
<i>Rui, 21 anos, frequência do 11º ano, com um pai empregado administrativo e uma mãe operária, chegou a trabalhar na construção civil e num restaurante de fast food durante alguns meses, entre os 18 e os 19 anos, depois de ter chumbado por faltas. No momento da entrevista estava há dois anos sem estudar nem trabalhar e não se considerou desempregado: “agora não [tenho procurado trabalho], também não tenho muita vontade (...). Em geral, os meus amigos, quase ninguém trabalha, o pessoal é só boa vida mesmo”. O regresso à escola também não estava fora de questão na sua cabeça, mas não sabia se havia de ir para um curso profissional ou para o ensino regular. Os pais, com situações profissionais relativamente estáveis e tendo apenas mais um filho, iam tolerando a situação, mas não por muito mais tempo, adivinhava-se. Sobre a intenção de voltar a trabalhar, respondeu: “quando o meu pai se chatear, né?”.</i>

O desemprego juvenil não tem sempre contornos nítidos. Exactamente porque a transição para a vida activa não é linear, nem se faz de um movimento só, há jovens que se encontram em situações de contornos imprecisos e evolução imprevisível. Estão em zonas cinzentas da condição perante o trabalho e podem permanecer nelas durante um tempo relativamente longo. É esse o caso de uma pequena minoria de inquiridos (40 em 1000)

que, no momento do inquérito, não estudavam, não trabalhavam e não procuravam emprego. O que significa isto? Alguns deles haviam simplesmente terminado o ano lectivo, não sabiam se continuariam a estudar no ano lectivo seguinte e não estavam, portanto, a procurar trabalho. Mas para outros esse interregno em que “não se faz nada” pode prolongar-se. É o caso do Rui (ver caixa), que no momento da entrevista estava há dois anos sem trabalhar nem estudar, e esperava por uma mudança na reacção benevolente dos pais para abandonar esse estado de inércia.

### **Os móveis ascendentes: um segmento em promoção social**

Em contraste com os desempregados estão aqueles jovens que encontramos num trajecto consistente e esforçado de mobilidade ascendente escolar e profissional. Oriundos de famílias de classes populares, que passaram por vezes por períodos de dificuldades económicas e sociais graves, estes jovens conseguem desempenhos escolares e, associadas a eles, situações profissionais, que lhes proporcionam um estatuto social mais vantajoso do que o dos seus pais e mães e também mais vantajoso do que o da maioria dos filhos de imigrantes. Esses percursos não estão totalmente consolidados, é certo – vários dos jovens em causa estudam e trabalham ao mesmo tempo e não têm situações profissionais estabilizadas – mas as possibilidades de consolidação são grandes, a curto ou médio prazo.

Genericamente consideradas, as trajectórias sociais intergeracionais das famílias de imigrantes africanos são heterogéneas, sejam elas vistas do lado dos pais (Quadro 10) ou do lado das mães (Quadro 11). Mais de metade das células das duas matrizes de mobilidade social em que há casos registados apresentam valores absolutos que estão acima do limiar considerado significativo.<sup>10</sup> As células vazias correspondem a trajectórias “impossíveis” – nenhum jovem tem a mãe a trabalhar na construção civil; a trajectórias improváveis, e por isso não encontradas nesta amostra, por exemplo, filhos de directores, profissionais intelectuais e científicos ou profissionais de nível intermédio a trabalhar na construção civil; ou ainda à contingência estatística que faz com que nas categorias mais pequenas (é o caso dos trabalhadores industriais e dos transportes) possa não se encontrar inquiridos em algumas das células resultantes do cruzamento dessa categoria com as modalidades da outra variável.

Podemos identificar quatro conjuntos de trajectórias nos Quadros 10 e 11. O primeiro, bem visível, é o das trajectórias estacionárias “em baixo”, isto é, filhos e filhas que, até ver, ocupam o mesmo tipo de posições profissionais subalternas que os seus pais e mães. Estão nessa circunstância os jovens que são trabalhadores da construção civil, 68% dos quais têm pais que trabalham nesse sector; os trabalhadores não qualificados, parte deles na construção, cujos pais são também desse sector; ou os trabalhadores não qualificados com mães na mesma categoria (64%). Outro conjunto é o das trajectórias em que as mudanças ocorrem entre categorias próximas. Duas das mais significativas são a dos trabalhadores dos serviços e vendedores cujos pais são operários da construção (62%) ou cujas mães são trabalhadoras não qualificadas (59%).

**Quadro 10 - Trajectórias profissionais intergeracionais – pais, filhos (percentagens em coluna)**

<i>Categoria profissional dos jovens</i>	Directores, profissões intelectuais e científicas, profissões intermédias	Pessoal administrativo	Pessoal dos serviços e vendedores	Trabalhadores industriais e dos transportes	Trabalhadores da construção civil	Trabalhadores não qualificados
<i>Categoria profissional dos pais</i>						
Directores, profissões intelectuais e científicas, profissões intermédias	25,0	8,9	6,3	11,1	2,7	4,5
Pessoal administrativo	11,1	1,8	1,6	-	2,7	1,5
Pessoal dos serviços e vendedores	11,1	8,9	1,6	-	-	3,0
Trabalhadores industriais e dos transportes	19,4	28,6	14,3	25,9	21,6	25,8
Trabalhadores da construção civil	25,0	48,2	61,9	48,1	67,6	59,1
Trabalhadores não qualificados	8,3	3,6	14,3	14,8	5,4	6,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	N=36	N=56	N=126	N=27	N=37	N=66

Fonte: Projecto JODIA, CIES-ISCIE, 2004, n=348.

**Quadro 11 - Trajectórias profissionais intergeracionais – mães, filhos (percentagens em coluna)**

<i>Categoria profissional dos jovens</i>	Directores, profissões intelectuais e científicas, profissões intermédias	Pessoal administrativo	Pessoal dos serviços e vendedores	Trabalhadores industriais e dos transportes	Trabalhadores da construção civil	Trabalhadores não qualificados
<i>Categoria profissional das mães</i>						
Directores, profissões intelectuais e científicas, profissões intermédias	30,8	5,4	3,5	3,4	-	1,6
Pessoal administrativo	19,2	7,3	3,5	-	-	1,6
Pessoal dos serviços e vendedores	7,7	27,3	28,4	27,6	22,2	33,3
Trabalhadores industriais e dos transportes	7,7	3,6	6,0	17,2	13,9	-
Trabalhadores da construção civil	-	-	-	-	-	-
Trabalhadores não qualificados	34,6	56,4	58,6	51,7	63,9	63,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	N=26	N=55	N=116	N=29	N=36	N=63

Fonte: Projecto JODIA, CIES- ISCTE, 2004, n=325.

Um terceiro grupo é o das trajectórias de mobilidade descendente, com valores percentuais muito reduzidos, de que são exemplo os trabalhadores industriais e dos transportes com pais ou mães directores ou profissionais intelectuais e científicos, ou ainda profissionais de nível intermédio. Estes casos são muitas vezes transitórios, correspondendo a primeiras experiências no mercado de trabalho a serem revertidas a curto prazo.

O quarto e último conjunto, a merecer análise mais detalhada, é o das trajectórias de mobilidade ascendente, de alcance mais curto ou mais longo. São, em sentido forte, todas as trajectórias que têm como lugar de chegada a categoria dos directores, profissionais intelectuais e científicos e profissionais intermédios, qualquer que seja o lugar de partida, e, em sentido mais fraco, as que têm como lugar de chegada o pessoal administrativo, se iniciadas nas categorias de mais baixos recursos, nomeadamente os trabalhadores não qualificados, os trabalhadores da construção civil e os trabalhadores industriais e dos transportes. Podemos ver nas duas matrizes de mobilidade que só 25% e 31% dos jovens que ocupam a categoria de topo têm, respectivamente, pais e mães nessa mesma categoria. Todos os outros estão em percursos de mobilidade ascendente, sobretudo os 33% cujos pais são operários da construção ou trabalhadores não qualificados e os 35% cujas mães são trabalhadoras não qualificadas.

Os aqui designados móveis ascendentes profissionais são, portanto, aqueles que conseguiram ultrapassar fronteiras profissionais e de classe que os seus pais não atingiram e têm poucas possibilidades de vir a atingir. No concreto, são os 55 inquiridos que, estando já no mercado de trabalho, se situam da categoria do pessoal administrativo (inclusive) para cima e cujos pais e mães ocupam ambas posições abaixo dessa categoria. Os móveis ascendentes profissionais são igualmente, na maioria das vezes, móveis ascendentes escolares, que chegaram ao ensino superior a partir de famílias de capital escolar muito baixo, não mais do que a 4ª classe, como acontece, de resto, com parte significativa dos estudantes universitários em geral (Machado *et al.*, 2003). Há, por outro lado, móveis ascendentes escolares (n=74) que ainda não estão no mercado de trabalho, mas para os quais também se pode prever, com bastante verosimilhança, situações profissionais melhores do que as dos pais.

Três explicações de ordem teórico-metodológica são necessárias a propósito da definição de móveis ascendentes profissionais. Em primeiro lugar, é óbvio que se adoptássemos uma perspectiva mais relacional e menos "estratificacionista" das classes sociais, poderíamos contestar o critério topográfico de que há um "acima" e um "abaixo".<sup>11</sup> Manteve-se, em todo o caso, esse critério, na medida em que ele é útil para dar conta do facto incontornável de que as categorias socioprofissionais se distinguem umas das outras pelo volume de recursos a elas associados, o que é facilmente compreensível quando se comparam os extremos, embora fique menos claro nas categorias intermédias.

Em segundo lugar, pode parecer inadequado tomar os empregados administrativos como a fronteira da mobilidade. Não é fazê-la passar demasiado “abaixo”? Embora se possa agregá-los ao pessoal dos serviços e vendedores na categoria alargada dos “empregados executantes”, como se fez atrás, também é certo que entre uns e outros há diferenças suficientemente importantes para que a fronteira que os separa seja tomada como referência. Os empregados administrativos, por fazerem um trabalho em que sistematicamente lidam com a escrita, a leitura e o cálculo, mesmo que de forma rotineira, têm, em média, habilitações e competências superiores às dos empregados de serviços e comércio e também mais estabilidade profissional, especialmente se forem do sector público. Recorde-se, por outro lado, que muito poucos imigrantes africanos, homens ou mulheres, têm ocupações administrativas, o que mostra que os seus filhos, que as têm em número significativo, atingiram um patamar fora do alcance dos pais.

Finalmente, não se pode perder de vista que estamos a falar de trajectórias intergeracionais de jovens no início da vida profissional. Se os pais e as mães já têm muito tempo de vida profissional atrás de si, os filhos e filhas têm muito tempo à sua frente. As suas trajectórias evoluirão segundo um padrão mais heterogéneo e tenderão a conduzi-los a posições mais favoráveis do que os pais e mães porque partem de um patamar mais vantajoso do que o deles. São, em suma, trajectórias ainda em aberto.

Vejamos, então, o perfil destes jovens comparado com o dos filhos de imigrantes oriundos das classes populares em geral (Quadro 12) e dois percursos pessoais que ilustram processos de promoção social (caixa).

Um primeiro dado de relevo é a diferença notória na composição sexual. Os móveis ascendentes profissionais são mais do sexo feminino do que do sexo masculino, numa razão de dois para um, o que em boa parte será consequência directa da vantagem feminina ao nível das qualificações escolares. As filhas de imigrantes africanos, com efeito, saem do sistema de ensino com mais capital escolar do que os seus pares masculinos (Machado, Matias e Leal, 2005) e, pelo que se vê, isso parece converter-se em vantagem profissional.

O papel propulsor do capital escolar nos trajectos dos móveis ascendentes profissionais, independentemente do género, é evidente. Eles são mais escolarizados do que o conjunto dos inquiridos com a mesma origem de classe – 57% contra 51% com ensino secundário e 20% contra 12% com ensino superior, respectivamente. As diferenças de desempenho escolar dos dois grupos são confirmadas pelo indicador de completamento dos níveis de ensino atingidos: os jovens em trajecto de promoção social completaram-nos mais frequentemente do que os restantes.

**Quadro 12 - Perfil social comparado dos móveis ascendentes profissionais (percentagens em coluna)**

	Móveis ascendentes profissionais	Filhos de imigrantes das classes populares em geral
<b>Sexo</b>		
Homens	32,9	48,2
Mulheres	67,1	51,8
Total	100,0	100,0
<b>Nível de escolaridade</b>		
Até 2º ciclo do básico	3,2	5,5
3º ciclo do básico	20,1	32,0
Secundário	56,6	50,8
Superior	20,1	11,7
Total	100,0	100,0
<b>Completamento do nível de escolaridade atingido</b>		
Completaram o nível de ensino atingido	45,9	36,3
Não completaram o nível de ensino atingido	54,1	63,7
Total	100,0	100,0
<b>Nacionalidade</b>		
Com nacionalidade portuguesa	71,2	55,4
Com nacionalidade estrangeira	28,8	44,6
Total	100,0	100,0
<b>Avaliações da vida pessoal</b>		
Situação económica má ou muito má	3,7	14,6
Situação económica pior do que a dos pais	15,7	25,3
Situação económica pior do que a dos portugueses	10,9	24,4
Não muito ou nada satisfeito com a vida	23,3	26,3

Fonte: Projecto JODIA, CIES-ISCTE, 2004, n=55.



## Móveis ascendentes profissionais: dois percursos

*Cármem, 24 anos, nascida em Portugal, nacionalidade portuguesa, origem cabo-verdiana. A mãe tem a 4ª classe e é beneficiária do RMI. O pai, já falecido, era pedreiro e tinha também a 4ª classe. Começou a trabalhar aos 16 anos, quando frequentava o 11º ano, como empregada de caixa numa hamburgueria de um pequeno centro comercial. Esteve lá dois anos, em part-time, depois das 19 horas, e só saiu porque o centro fechou. Depois do 12º ano completo, fez um curso de contabilidade durante seis meses que lhe permitiu entrar para a Câmara Municipal de Lisboa, onde é “técnica de contabilidade”. Começou como estagiária não remunerada, passou a regime de recibos verdes e no momento da entrevista estava à espera de “passar a efectiva”, a curto prazo. Paralelamente, frequentava o 4º ano de Gestão de Empresas de uma universidade privada e vai sempre “tirando cursos ligados ao serviço”.*

*Pedro, 27 anos, nascido em Portugal, nacionalidade portuguesa, origem cabo-verdiana. Mãe, 4ª classe, reformada por invalidez, trabalha informalmente como empregada de limpeza em casas particulares. Pai, 4ª classe, sondador e operador de máquinas. Entre os 4 e os 16 anos morou num bairro de barracas, com os pais e os dois irmãos. O primeiro emprego a sério, depois de passagens pelas obras nas férias, foi, aos 20 anos, na AutoEuropa, onde esteve dois anos como “técnico de soldadura”. Saiu por vontade própria: “ninguém gosta de trabalhar numa linha de montagem”. Paralelamente, continuou a estudar, à noite, e completou o 12º ano. Após ter saído da empresa esteve dois anos desempregado, durante os quais trabalhou esporadicamente na construção. Depois de mais dois empregos de curta duração – na empresa onde o pai trabalha e numa revista para imigrantes – foi admitido como “técnico de intervenção” no Programa Escolhas, onde esteve três anos, sempre a recibos verdes. Nunca deixou de estudar e no momento da entrevista estava no 4º ano da licenciatura em Sociologia de uma universidade pública. Pedro é um rapper e gravou o primeiro disco em 2001, aos 23 anos. O disco foi bem acolhido pela crítica e pelo público e valeu-lhe uma nomeação para “artista revelação do ano”. Em 2004 gravou o segundo disco, que como o primeiro teve boa receptividade. A música é cada vez menos um hobby e tenta, com a sua banda, que seja cada vez mais um modo de vida profissional: “começas a perceber que tens que dar mais, tens que estruturar melhor as coisas, melhorar os concertos. Agora, quando tu esforças-te mais, também tens que ganhar mais com isso. Então nós, os nossos ensaios são cada vez mais profissionais porque os nossos concertos são cada vez mais exigentes.”*

Os trajectos da Cármen e do Pedro, mais o do segundo do que o da primeira, não tendo deixado de ser afectados pela precariedade profissional e pelo desemprego de circulação de que falámos atrás, ilustram bem como a via da qualificação escolar é decisiva. Com menos escolaridade, eles estariam menos apetrechados para enfrentar a instabilidade do mercado de trabalho. Não se vê que caminho pode dar mais garantias de integração social aos jovens oriundos de famílias de fracos recursos.

A nacionalidade aparece novamente como propriedade social relevante. Não é certamente por acaso que entre os móveis ascendentes há proporcionalmente mais detentores da nacionalidade portuguesa do que nos jovens originários das classes populares em geral. O tipo de vínculo jurídico ao país tem um efeito próprio e a nacionalidade portuguesa, vê-se bem, facilita os processos de integração por via da mobilidade social. O efeito de nacionalidade propaga-se, de resto, às dimensões simbólicas, em particular aos sentimentos de pertença nacional, mais fortes entre os filhos de imigrantes com nacionalidade portuguesa do que entre os que não a têm (Machado, 2006a).

Veja-se, por fim, o sentido das avaliações da vida pessoal feitas por estes jovens. Em todos os itens considerados, sem excepção, as percepções deles são mais positivas do que a média. São menos os que consideram a sua situação económica “má” ou “muito má” e os que acham essa situação pior do que a dos pais e do que a dos portugueses em geral. São também menos os que se declaram “nada” ou “não muito” satisfeitos com a vida. Particularmente expressiva é a distância entre estas avaliações e as dos desempregados, analisadas atrás. Estão literalmente em pólos opostos.

## **Notas finais**

Como os jovens em geral, também os descendentes de imigrantes vivem a juventude no plural. Vimo-lo aqui, em pormenor, na sua relação com o mercado de trabalho, e adivinhámo-lo noutras dimensões sociais de existência, por exemplo, a diversidade de recursos escolares ou de origens sociais. Não há, portanto, uma geração socialmente homogénea de descendentes de imigrantes africanos, que possa ser entendida de forma genérica e linear.

O que têm em comum a jovem licenciada filha de pais licenciados, que ocupa um lugar qualificado no mercado de trabalho; um jovem como o Pedro, que chegou à universidade contra o que era esperável dadas as suas condições de partida; e aquele que, podendo ter a mesma idade e até a mesma origem étnico-nacional, saiu do sistema de ensino com a escolaridade obrigatória por completar e vai ziguezagueando entre empregos precários e períodos de desemprego “garantidos”, e que pode até já ter entrado na parentalidade sem condições materiais para isso?

Pertencem à mesma categoria social? Fazem parte de uma “comunidade”? Só por essencialismo se pode dizer que sim, isto é, só se fizermos da “condição” de filho de imigrante uma essência, como fazem os que chamam a estes jovens “imigrantes de segunda geração”, colocando esse rótulo acima de todas as coisas, quando o que realmente acontece é que ser filho de imigrante é uma propriedade social menor entre várias propriedades sociais maiores. Basta lembrar os contrastes vinculados entre o subconjunto dos que estavam desempregados no momento do inquérito e os que foram designados por móveis ascendentes. E podíamos ainda invocar um terceiro subconjunto, o dos estacionários “em cima”, oriundos de famílias com elevados recursos económicos e escolares, que mantêm essa posição social nos seus próprios trajectos.

O que vimos neste texto é que os efeitos comparados dessas propriedades sociais maiores – nível de escolaridade, situação profissional, género, origem social – fazem dos filhos de imigrantes jovens como os outros. Para propriedades sociais iguais, não há diferenças significativas entre os jovens de origem imigrante e os jovens em geral. Não deixa de ser uma diferença importante, é claro, que essas propriedades sociais maiores apareçam com uma configuração global distinta num e noutro grupo, ou seja, que os filhos de imigrantes tomados como um todo tenham origens sociais mais desfavorecidas, percentagens mais baixas de universitários, perfis profissionais mais precários, do que a juventude em geral.

Mas o problema está precisamente nesse olhar global redutor, que não apreende dois níveis fundamentais de diferenciação interna dos descendentes de imigrantes africanos, aqui observados pelo lado do mercado de trabalho. O primeiro, horizontal, é o dos diferentes acessos, perfis e trajectos profissionais destes jovens, que os tornam diferentes entre si. O segundo, vertical, é o das trajectórias intergeracionais que, em muitos casos, os fazem descolar tanto do mundo profissional dos pais como da respectiva visão do mundo social, marcada por uma cultura migrante que os filhos não têm. Estes processos de diferenciação interna tornam os filhos de imigrantes mais parecidos com os jovens de condição social igual, sejam eles autóctones ou de origem imigrante, do que com os filhos de imigrantes de condição social diferente.

Um elemento de contraste entre jovens descendentes de imigrantes e jovens autóctones poderia ser, em tese, o da xenofobia e do racismo. Será que para todas as propriedades sociais importantes iguais (origem social, género, escolaridade, idade), os filhos de imigrantes não se confrontarão com alguma frequência com preconceitos e práticas de discriminação no mercado de trabalho, desde logo no acesso a ele e, dentro dele, nas condições de trabalho ou na entrada em empregos mais desejados? As entrevistas não mostram nada de muito relevante a este respeito. Nem quando se conversou sobre o mercado de trabalho houve alusões significativas a situações dessa natureza, nem quando se falou de racismo, e os jovens relataram episódios

concretos, houve referências dignas de nota ao mercado de trabalho. As poucas que houve reportavam-se, além disso, a colegas e não a empregadores.

É interessante verificar que os indicadores de percepção de racismo do inquérito dão resultados diferentes. É um indicador geral, em que se pergunta se “há racismo em Portugal”, com três possibilidades de resposta (“há, muito; “há, mas pouco”; “não há”), e vários indicadores específicos, de resposta “sim” ou “não”, relativos a situações sociais variadas, entre as quais “no trabalho” e “quando anda à procura de trabalho”. Ora, 48% dos jovens dizem que há muito racismo, outros 48% que há, mas pouco, e os indicadores específicos apresentam-se com sinal contrário: se para a grande maioria (70%) há racismo quando se procura trabalho, só uma minoria (31%) diz haver racismo no local de trabalho. As dúvidas que estes resultados deixam por esclarecer, que remetem para os processos de construção social das percepções de racismo, mas também para os próprios limites dos indicadores utilizados, já estão fora do âmbito deste texto.

#### Notas

<sup>1</sup> Para além de estarem no intervalo de idade referido, os inquiridos tinham de ter nascido em Portugal ou, caso nascidos no estrangeiro, tinham de ter chegado antes dos 12 anos de idade. Nascidos ou não em Portugal, tinham de ter mais de 10 anos de residência no país. Assegurou-se assim uma condição importante para os objectivos de investigação que era o de os jovens em causa terem um tempo de socialização significativo na sociedade portuguesa. Os seus pais tinham de ser oriundos de um dos cinco PALOP e de origem africana, podendo ou não ter nacionalidade portuguesa. Significa isto que na sua esmagadora maioria são pessoas que nasceram num desses países e que migraram para Portugal em diferentes datas. Com duas excepções. Uma é a dos pais ou mães que nasceram em países terceiros, tendo o outro progenitor nascido num dos PALOP. A outra é a dos pais ou mães nascidos em Portugal (autóctones de origem europeia) cujo cônjuge é um imigrante de origem africana. Acrescente-se, finalmente, que a pesquisa se apoiou duplamente na sociologia das migrações e na sociologia da juventude, cruzando algumas das suas problemáticas principais, que passam pelos conceitos de “integração social de populações migrantes”, “juventude”, “transição para a vida adulta”, entre outros.

<sup>2</sup> Os valores para os jovens em geral foram retirados de Guerreiro e Pegado (2006: 82).

<sup>3</sup> Em concreto, apenas quinze das jovens inquiridas declaram “ocupar-se das tarefas do lar” e treze já tinham trabalhado anteriormente fora de casa.

<sup>4</sup> Na categoria “classes populares” agregam-se, para efeitos de simplificação analítica, três grupos socioprofissionais: “operários”, “empregados executantes” e “trabalhadores independentes”. Para a identificação detalhada destes grupos, que juntamente com os “empresários, dirigentes e profissionais liberais” e os “profissionais técnicos e de enquadramento” compõem a versão básica da tipologia de classes ACM, ver Costa (1999). Essa tipologia é utilizada na íntegra no Quadro 6 abaixo.

<sup>5</sup> Sabendo-se que a entrada no mercado de trabalho se tem tornado progressivamente menos precoce, a diferença de sete anos entre as datas dos dois inquéritos em causa (o inquérito à juventude em geral é de 1997 e o inquérito aos descendentes de imigrantes é de 2004) poderá contribuir secundariamente para a diferença entre os dois grupos.

<sup>6</sup> Em comparação com os jovens em geral, e no que concerne à escolaridade atingida, verifica-se que os filhos dos imigrantes africanos são proporcionalmente menos quer nos níveis de escolaridade mais baixos (até ao 2º ciclo do básico), quer no nível de escolaridade mais alto (superior). Para uma análise aprofundada deste tema ver Machado, Matias e Leal (2005) e Machado (2007).

<sup>7</sup> Seria interessante dispor de informação idêntica sobre as trajectórias profissionais dos pais e mães e compará-las com as dos filhos. Mas essa informação não foi recolhida pelo inquérito, até porque tal recolha, para ser mais rigorosa e completa, teria de ser feita directamente junto dos próprios progenitores.

<sup>8</sup> Os dados disponíveis para os jovens em geral, do inquérito nacional realizado em 1997 e que vem sendo citado, dizem que eram 23% os inquiridos que declararam ter estado desempregados. Metade, portanto, do valor encontrado para os filhos de imigrantes africanos. Além da especificidade de traços escolares e profissionais dos filhos de imigrantes, já invocada, a diferença dever-se-á também ao facto de estarmos a comparar um inquérito de 1997 com outro de 2004. A percentagem de jovens autóctones com experiências anteriores de desemprego seria seguramente maior se o inquérito fosse mais recente.

<sup>9</sup> Valor referente apenas ao desemprego oficialmente registado, que não cobre obviamente toda a extensão do mesmo.

<sup>10</sup> Cinco ou mais casos.

<sup>11</sup> Um balanço actualizado, rigoroso e muito completo da análise de classes e de estratificação pode encontrar-se em Costa (1999).

## Referências Bibliográficas

- AA.VV. [2002], *Cadernos Sociedade e Trabalho*, 2 (número temático intitulado “Imigração e Mercado de Trabalho”).
- Alves, N. (1998), “Escola e trabalho: atitudes, projectos e trajectórias”, in Manuel Villaverde Cabral e José Machado Pais (coord.), *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras: Celta Editora, pp. 53-133.
- Baganha, M. I., Ferrão, J. e Malheiros, J. M. (2002), *Os Movimentos Migratórios Externos e a sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal*, Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- Bourdieu, P. (2003 [1980]), “A ‘juventude’ é só uma palavra”, in *Questões de Sociologia*, Lisboa: Fim de Século, pp. 151-162.
- Cabral, M V e Pais, J. M. (coord.) (1998), *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras: Celta Editora.
- Carneiro, R. (coord.) (2006), *A Mobilidade Ocupacional do Trabalhador Imigrante em Portugal*, Lisboa: DEEP, Ministério do Trabalho e da Solidariedade.
- Costa, A. F. da (1999), *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras: Celta Editora.
- Costa, A. F. da, Machado, F. L. e Ferreira de Almeida, J. (2007), “Classes sociais e recursos educativos: uma análise transnacional” (no prelo).
- Guerreiro, M. D. e Abrantes, P. (2004), *Transições Juvenis. Os Jovens perante o Trabalho e a Família*, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Guerreiro, M. D. e Abrantes, P. (2005), “Como tornar-se adulto: processos de transição na modernidade avançada”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 58, pp. 157-175.
- Guerreiro, M. D. e Pegado, E. (coord.) (2006), *Os Jovens e o Mercado de Trabalho. Caracterização, Estrangulamentos à Integração Efectiva na Vida Activa e a Eficácia das Políticas*, Lisboa: DGEEP/MTS.
- Machado, F. L. (1994), “Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 16, pp. 111-134.
- Machado, F. L., Firmino da Costa, A., Mauritti, R., Martins, S. C., Casanova, J. L. e Ferreira de Almeida, J. (2003), “Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, pp. 45-80.
- Machado, F. L., Matias, A. R. e Leal, S. (2005), “Desigualdades sociais e diferenças culturais: os resultados escolares dos filhos de imigrantes africanos”, *Análise Social*, 176, pp. 695-714.

- Machado, F. L. e Abranches, M. (2005), "Caminhos limitados de integração social: trajectórias socioprofissionais de caboverdianos e hindus em Portugal", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 48, pp. 67-89.
- Machado, F. L. e Matias, A. R. (2006), *Descendentes de Imigrantes nas Sociedades de Acolhimento: Linhas de Identificação Sociológica*, Lisboa: CIES-ISCTE, E-Working Paper, 13.
- Machado, F. L. (2006a) "Novos portugueses? Parâmetros sociais da identidade nacional dos jovens descendentes de imigrantes africanos" in Manuel Carlos Silva (org.), *Nação e Estado. Entre o Global e o Local*, Porto: Afrontamento, pp. 255-279.
- Machado, F. L. (2007) "Jovens como os outros? Processos e cenários de integração dos filhos de imigrantes africanos em Portugal" in António Vitorino (org.), *Imigração: Oportunidade ou Ameaça?* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 169-197.
- Pais, J. M. (1993), *Culturas Juvenis*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Pais, J. M. (1998), "Da escola ao trabalho: o que mudou nos últimos dez anos?", in Manuel Villaverde Cabral e José Machado Pais (coord.), *Jovens Portugueses de Hoje*, Oeiras: Celta Editora, pp. 189-214.
- Pais, J. M. (2001), *Ganchos, Tachos e Biscates. Jovens, Trabalho e Futuro*, Porto: Âmbar.
- Pais, J. M. (2003), "The multiple faces of the future in the labyrinth of life", *Journal of Youth Studies*, 6(2), pp. 115-126.